

# AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO SETOR AGRÍCOLA

Com este trabalho pretende-se reforçar a necessidade de reconhecer a agricultura como um setor determinante para a vida, porque, além de garantir a produção e o fornecimento dos alimentos seguros e a preços aceitáveis às populações, contraria o despovoamento e a desertificação de regiões do interior e garante e promove o equilíbrio e a coesão das regiões e dos territórios. Este reconhecimento existiu quando, em 1962, foi criada a política agrícola comum na Comunidade Europeia.

José Godinho Calado\*





Como se verifica com relativa facilidade, está demonstrada a multifuncionalidade que caracteriza o setor agrícola e a dificuldade de considerar e quantificar todos os bens e valias que oferece às sociedades, sendo este um constrangimento verificado na comunicação e no reconhecimento da importância vital deste setor.

Constata-se que tem diminuído a relevância que é atribuída ao setor agrícola e ao uso do conhecimento para tomadas de decisão. Em consequência, não há estratégias, as quais deveriam ser suportadas pelas condicionantes ecológicas, de mercado e das necessidades dos territórios e das suas populações. Sem estratégias surge a perda e a desagregação das Entidades Públicas criadas para apoiar o setor e aumentam as dificuldades da agricultura, quando deveria ser o oposto, como, em geral, é verificado em qualquer região ou país desenvolvido.

A atividade agrícola acompanha o desenvolvimento e o crescimento das sociedades, porque visa a produção de alimentos, que garantam a segurança alimentar e tenham preços aceitáveis para as populações. Conhece-se a possibilidade de obter alimentos recorrendo a técnicas e meios diferentes dos tradicionais, no entanto, também se compreende que a produção de alimentos tem necessidade de continuar a acompanhar o acréscimo de população e a contribuir para reduzir a fome. Apesar de toda a evolução, segundo a FAO (2023), a fome ainda atinge 18% da população mundial.

Todavia, sendo um setor que primariamente tem como objetivo a produção de alimentos, a sua multifuncionalidade permite-lhe que a relevância e os valores obtidos em qualquer das componentes, económica, ambiental e social, sejam mais elevados relativamente aos que são referidos e comunicados. Sabe-se, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, que a agricultura ocupa, aproximadamente, 40% da superfície terrestre do nosso planeta.

Além da produção de alimentos, a ocupação da superfície terrestre fornece benefícios sociais e, em geral, ambientais, devido ao homem ter a capacidade de realizar uma gestão equilibrada dos ecossistemas. Pensar que sem a presença humana existe o



equilíbrio ambiental e a biodiversidade é um erro, porque, além de promover o crescimento dos maiores e, no topo da cadeia, do maior predador, surgem uma série de riscos e desequilíbrios: Destacam-se, por exemplo, aglomerados populacionais completamente desequilibrados, incêndios, dominância de matos e espécies arbustivas e ausência de regulação de cursos de água.

Conhecendo todos os benefícios da agricultura como atividade nobre e milenar, procurar-se-á, nesta pequena publicação, dar a conhecer as consequências da falta de importância ou da incapacidade de perceção da multifuncionalidade da agricultura como Ciência da Terra e da Vida que, nos últimos anos, tem sido verificada na atividade agrícola.

## 1. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

A multifuncionalidade da agricultura há muito reconhecida que, para além da sua função primor-



dial de fornecer alimentos e fibras, molda também a paisagem, pode proporcionar benefícios ambientais, como a conservação dos solos, a gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e a preservação da biodiversidade, e contribui para a viabilidade socioeconômica de muitas zonas rurais (OCDE, 2021). Este reconhecimento não se tem traduzido na extensão à sociedade, nomeadamente na comunicação, na quantificação e na valorização (OCDE, 2021).

A dificuldade não se encontra na existência da multifuncionalidade da agricultura, verificada e confirmada há muitos anos, mas ao torná-la um referencial para formular políticas públicas (Chiodi & Moruzzi Marques, 2018). A percepção pela sociedade é cada vez mais essencial e, sobretudo, na formulação e na implementação das políticas regionais, nacionais e internacionais.

Muitas vezes, a multifuncionalidade é usada para caracterizar a agricultura associada a um setor e a

uma área, no entanto, falta direcioná-la para a ação que exerce no ordenamento territorial, que está diretamente relacionado com o ordenamento agrícola. A realização do ordenamento agrícola permitiria a obtenção de alimentos utilizando recursos de forma mais equilibrada e racional em função das condições ecológicas, da otimização dos rendimentos e dos consequentes benefícios sociais, da existência de fauna e flora mais adaptada às condições regionais e dos consequentes benefícios ambientais de uma flora regional mais resiliente. Assim, tornar-se-ia mais eficaz e eficiente a preservação dos recursos, solo e água, e o aumento da capacidade de fixação de gases com efeito de estufa.

### 1.1. AMBIENTAL

A agricultura tem múltiplos efeitos ambientais, considerados negativos e positivos, mas que estão, sobretudo, ligados ao uso do solo e às práticas culturais. Relativamente ao uso do solo, os impactos ambientais negativos podem resultar, principalmente, da má gestão de solos com limitações ao nível das características físicas e químicas. Em consequência, podem ocorrer perdas de solo devidas à erosão, de biodiversidade, de redução da capacidade de controlo da água e da prevenção de potenciais inundações. Também podem ocorrer, quer a compactação do solo quer impactos fora da exploração agrícola na redução da recarga de águas subterrâneas e poluição da água de rios e lagos causada por depósitos provenientes de solos erodidos (OCDE, 2021). Como se referiu, os efeitos negativos devem-se, essencialmente, à utilização de sistemas agrícolas pouco adequados às condições ecológicas do local e às práticas culturais tecnicamente pouco ajustadas, existindo, no entanto, conhecimento e capacidade técnica para o balanço entre ganhos e perdas ser claramente favorável aos ganhos.

Quando se pensa na poluição de nitratos relacionada com a utilização de fertilizantes azotados, a emissão de metano causada pela criação de ruminantes e a emissão de dióxido de carbono, há dificuldade em acrescentar, como está referido em OCDE (2021), que a presença de espécies florestais e a expansão de pastagens permanentes, às quais se podem adi-

cionar as pastagens temporárias com vários anos, tendem a criar depósitos de carbono a longo prazo. Como na última década as pastagens permanentes em Portugal ocuparam, segundo o INE (2021), uma área a tender para 50% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), se existirem estratégias bem definidas, planeadas e apoiadas, podemos ter uma agricultura com um balanço em que há, claramente, maior fixação de carbono relativamente à emissão.

## 1.2. ECONÓMICA

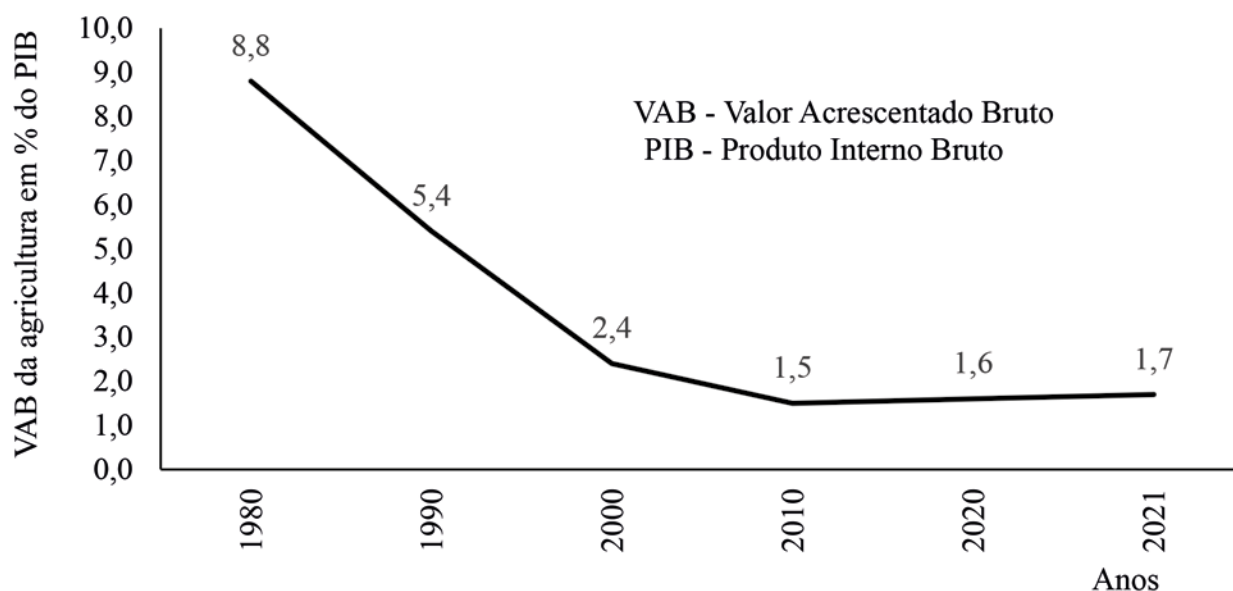
A multifuncionalidade é uma característica de uma atividade económica e sendo relevante na agricultura também é noutras atividades económicas. Todavia, a agricultura distingue-se pelo maior impacto na produção de bens comuns, que podem designar-se de públicos, e bens privados.

Quando se discute a multifuncionalidade do setor agrícola surgem questões que vão além da tradicional análise centrada na mercadoria. Muitas das questões estão relacionadas com outros bens fornecidos pelas explorações agrícolas e que estão presentes nas decisões de gestão, como as matérias-primas, a utilização de fatores de produção, as tecnologias agrícolas e os produtos não relaciona-

dos com a produção de base.

De acordo com a OCDE (2019), nos bens públicos encontram-se a importância da terra como bem necessário para produzir, o papel dos processos biológicos na produção, a relação com o meio ambiente e o impacto na economia rural.

Um ponto fraco e grande problema deve-se à dificuldade e à pouca análise económica a que tem sido sujeita a multifuncionalidade da agricultura. Na agricultura portuguesa constata-se, de acordo com os dados da Pordata ( <https://www.pordata.pt/portugal/valor+acrescentado+bruto+da+agricultura+em+percentagem+do+pib-3715>, acedido em 22/01/2024), que o valor acrescentado bruto da agricultura em percentagem do produto interno bruto foi de 8,8% em 1980 e passou para 1,7% em 2020 (Figura 1). Várias análises e conclusões se podem obter dos valores indicados na Figura 1, como o impacto das políticas agrícolas nos valores dos produtos, os aumentos do custo dos consumos intermédios por cada unidade do valor da produção e o custo em remunerações por unidade do valor acrescentado bruto relativamente a outras atividades, como, por exemplo, as do setor terciário (área financeira, de seguros e outros serviços).



**Figura 1** – Evolução de 1980 a 2021 do valor acrescentado bruto da agricultura em percentagem do produto interno bruto (Fonte dos dados: Pordata – <https://www.pordata.pt/portugal/valor+acrescentado+bruto+da+agricultura+em+percentagem+do+pib-3715>, acedido em 22/01/2024).

Todavia, quando se considera o valor acrescentado bruto do complexo agroalimentar, constatamos que o valor mais que duplica e volta a aumentar quando se adiciona o complexo florestal e todas as suas valias (Moura, 2021). O acréscimo continuará com o contributo da distribuição alimentar e dos serviços de restauração (Moura, 2021).

A utilização da designação complexo demonstra a dimensão e a relevância do agroalimentar. Porém, cada vez mais as sociedades têm dificuldade em reconhecer a nobre e milenar função da agricultura para a produção de alimentos e para a segurança alimentar e, no caso de Portugal, para diminuir os défices da balança comercial agroalimentar e do complexo agroflorestal.

Sem reconhecer a importância da agricultura para a produção de alimentos ainda mais difícil é a percepção dos diversos contributos para a bioeconomia, alguns quantificados e muitos outros não quantificados. Embora não estejam quantificados, há diver-

sos bens públicos que são essenciais e determinantes para as sociedades modernas, como a conservação dos solos, as relações com os ecossistemas, os processos biológicos, o impacto em diversos setores e áreas que influenciam a economia rural.

### 1.3. SOCIAL

A agricultura e as atividades associadas têm um grande contributo para existir viabilidade no Mundo Rural, devido à obtenção de produtos e ao uso de fatores de produção, incluindo a mão de obra e a terra. Em geral, a viabilidade rural está relacionada com a existência de atratividade para as populações. Apesar de não ser fácil de definir ou quantificar, há indicadores importantes da viabilidade nas regiões rurais, como o rendimento, as possibilidades de emprego, as infraestruturas físicas, o capital social, a qualidade do ambiente e as comodidades rurais (OCDE, 2019). A viabilidade da agricultura nas regiões rurais está relacionada com a criação de rendimento e empre-

PUB

# Tomar conta do seu risco é da nossa natureza



Soluções à medida



Seguro de colheita



Cobertura de preço

A Atlas é uma MGA especializada no sector agrícola que desenha e entrega soluções adequadas às reais necessidades dos agricultores, no âmbito da gestão de risco da sua actividade.

Trabalhamos em parceria com Sompo International.  
Saiba mais em [www.atlasmga.com](http://www.atlasmga.com)

Rua Joshua Benoliel 1, 4ºC 1250-273 Lisboa  
[info@atlasmga.com](mailto:info@atlasmga.com) - + 351 213 186 217



**Atlas**  
AGRO INSURANCE MGA

go, que permitam às populações agrícolas permanecer na terra e participar na vida económica e social das comunidades das respetivas regiões.

Sabemos que, nos últimos anos, o emprego do setor agrícola diminuiu relativamente a outros setores não agrícolas na maior parte das regiões rurais. Segundo a OCDE (2019), das regiões rurais integradas na Organização Europeia de Cooperação Económica, são poucas as que a mão de obra agrícola representa mais de 25% do emprego total.

Na maior parte das análises não está quantificado o verdadeiro valor da agricultura no próprio emprego criado com atividades não agrícolas dependentes do setor agrícola que existem dentro e fora da exploração. Aliás, como está referido em OCDE (2019), a emergência da agricultura a tempo parcial, com o seu padrão de rendimento misto e a sua estreita relação com a economia no geral, leva a existir dificuldade na quantificação de valores aceitáveis.

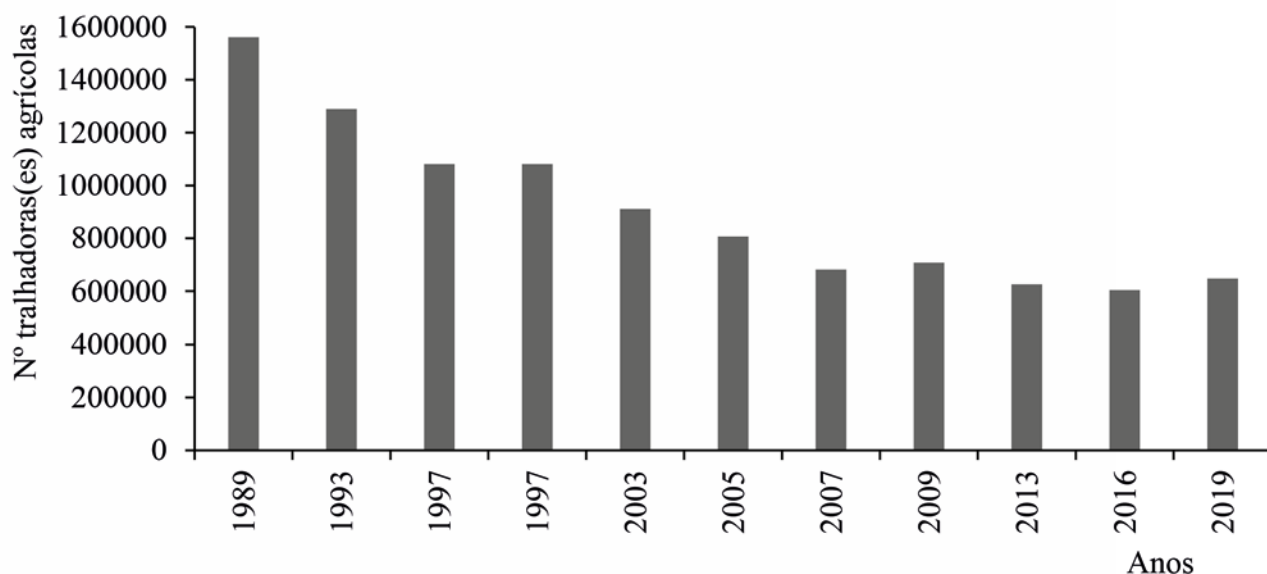
Conhece-se que uma parte significativa das indústrias de fornecimento, transformação e comercialização de fatores de produção agrícola tendem a concentrar-se em zonas com menor grau de ruralidade e que são uma fonte de emprego mais importante do que a atividade agrícola.

Ao verificarmos que em Portugal a população em-

pregada na agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca apresenta uma percentagem muito baixa relativamente ao total de empregados, temos de perceber, como foi referido nos parágrafos anteriores, que existe população ativa dependente das agroindústrias, das empresas de serviços, dos diversos operadores e serviços que estão direta e indiretamente associados às atividades agropecuárias e, na globalidade, representa um número muito mais elevado e significativo.

Por exemplo, no recenseamento agrícola de 2019 verificamos que a população agrícola tendia para 650 mil pessoas (Figura 2), sendo o valor de 41% relativamente à registada em 1989. Embora seja uma característica transversal à população portuguesa, caracteriza-se por um claro envelhecimento, em que 60% das pessoas apresentavam em 2019 uma idade igual ou superior a 55 anos. Outro aspeto a destacar é a existência de uma grande parte de mão de obra familiar.

A seguir, necessitamos de compreender que a população agrícola reduz o risco de uma degradação das regiões do interior caracterizadas por baixa densidade populacional, do seu ambiente e dos seus ecossistemas. Evidente, sem pessoas e, sobretudo, sem a gestão correta e adequada do denominado



**Figura 2** – Evolução do número de trabalhadoras(es) agrícolas de 1989 a 2019 (Fonte dos dados: Pordata – <https://www.pordata.pt/portugal/mao+de+obra+agricola+total+e+por+sexo-3434>, acedido em 25/01/2024).

# SUSTENTÁVEL

by **ABILWAYS**  
PORTUGAL

REVISTA • SITE • APP • NEWSLETTER • EVENTOS • PODCAST



[SUBSCREVA AQUI](#)

**PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO QUE QUER  
DEIXAR A SUA MARCA NA CONSTRUÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS E MODELOS DE NEGÓCIO**

## ASSINE A SUSTENTÁVEL

Conteúdos exclusivos

Leitura online e offline

Edição impressa e digital

Acesso a números antigos na App

App disponível em IOS ou Android

Acesso a conteúdos premium

Organização de conteúdos por área de interesse

[www.revistasustentavel.pt](http://www.revistasustentavel.pt)

**ABILWAYS**  
PORTUGAL



“Mundo Rural” está garantida a degradação, a falta de preservação e de coesão das regiões.

Sabe-se que há várias incertezas quanto às tendências do emprego rural e à localização das indústrias agroalimentares, e das projeções para o futuro, no entanto, o desenvolvimento rural é um processo dinâmico, que envolve mudanças na demografia, nas instituições, na tecnologia e nos mercados (OCDE, 2019). A questão essencial é possuir conhecimento e o que se pretende atingir, sabendo que a multifuncionalidade da agricultura permite-lhe fornecer

produtos para várias atividades e serviços. Todo este conhecimento é determinante para formular políticas que garantam o dinamismo do Mundo Rural e de todo o interior de Portugal e melhor acomodem as mudanças resultantes da inovação e da tecnologia.

## 2. A AGRICULTURA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI

Desde o início do presente século a agricultura portuguesa manteve, sem grandes alterações, alguns indicadores económicos. Igualmente as condições



iStock

de solo e de clima se mantiveram e, como referem Serralheiro & Carvalho (2020), os solos apresentam características físicas, químicas e biológicas com limitações e constrangimentos bem conhecidos e identificados e o clima subtropical seco continuou com variabilidade que o caracteriza e que se verifica entre anos, dentro do ano e entre locais.

De acordo com o recenseamento agrícola, no ano 2018/19 a superfície irrigável representava 15,9% da SAU (INE, 2021), 630 517 ha irrigáveis dos 3 963 945 ha da SAU. A baixa percentagem de área

irrigável em que a regada tende para 90% é mais um constrangimento para a agricultura praticada sob clima subtropical seco.

As condicionantes referidas limitam a competitividade das culturas e diminuem as opções com viabilidade técnico-económica para a agricultura portuguesa.

Além das condicionantes indicadas, adiciona-se a reduzida dimensão das explorações agrícolas, nomeadamente nas regiões mais a norte do Continente, que também ficam limitadas nas opções e escolhas que permitam viabilizar a atividade agrícola. Consequentemente, constatou-se no recenseamento agrícola de 2019 o abandono da atividade, embora a percentagem de abandono tenha diminuído na segunda década relativamente à primeira década do presente século.

## 2.1. OS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Nas últimas duas décadas, além da modernização devido à introdução de tecnologia para aumentar o grau de precisão e eficiência da produção agropecuária, as grandes alterações nos sistemas agrícolas surgem com a redução da área destinada aos cereais de outono-inverno, o acréscimo de áreas regadas associadas à superfície irrigável beneficiada pelo Alqueva e o aumento de áreas de pastagens, que ocupam mais de 50% da SAU. No acréscimo da área regada há um acréscimo de área com culturas permanentes, sobretudo com olival e outras com menor dimensão como o amendoal. A propósito de olival, relembra-se que as culturas do olival e da vinha apresentam uma excelente capacidade de adaptação às condições ecológicas do Continente e beneficiam do acréscimo da área regada.

Quanto aos cereais de outono-inverno, continuou a redução da área iniciada na última década do século XX, ao acompanhar o decréscimo da ajuda cofinanciada. Relativamente ao início do presente século, o decréscimo da área com cereais de outono-inverno tendeu para 50%.

Quanto ao acréscimo de pastagens e forragens, incluem-se os sistemas silvopastoris e agrossilvopastoris, demonstrando estes sistemas a multifuncionalidade da agricultura.



Os sistemas agrícolas dominantes no Continente encontram suporte na capacidade de adaptação às condições ecológicas das regiões e à existência de mercado para os produtos obtidos. Isto verifica-se para os sistemas vitícolas de todo o país, para a olivicultura praticada no Norte e no Alentejo, para a fruticultura e horticultura do Vale do Tejo e do Oeste, para a fruticultura praticada em todo o país, para as culturas em ambiente controlado nas zonas litorais a beneficiarem de menor gasto de energia relativamente a outras regiões, devido ao efeito termorregulador da temperatura exercido pela água do mar, para os sistemas orizícolas nos vales do Mondego, Tejo e Sado, para os sistemas pratenses e forrageiros que apoiam a bovinocultura de leite do litoral Centro e Norte e a produção de

pequenos e grandes ruminantes em sistemas extensivos nas restantes regiões do interior do Continente. Nestes, devem ser realçados os sistemas silvopastoris, os agrossilvopastoris e os agropastoris, que também incluem os cereais de outono-inverno. As variações das áreas referidas neste subcapítulo resultaram de constrangimentos das condições ecológicas que limitam a obtenção da produção potencial ou das valorizações dos produtos nos mercados. As condições ecológicas têm sido estudadas, por isso, há informação e conhecimento, no entanto, parece que é difícil implementar estratégias e medidas, e tomar decisões que permitam melhorar os resultados a médio e longo prazo. Também é fácil de entender que os resultados são a médio e a longo prazo porque as condições do solo evoluem de for-

ma gradual ao longo do tempo. Simultaneamente, será necessário aumentar a área irrigável a partir de pequenos regadios para complementar a água da precipitação, muitas vezes concentrada, registada em alguns períodos do outono, do inverno e da primavera.

Quanto aos mercados, sabe-se que apresentam complexidade e volatilidade, dependendo de fatores, internos e externos, em que os externos marcam claramente os preços das grandes produções. Devido à complexidade, fica limitada a antecipação da ação sobre o impacto da variação dos preços dos produtos, no entanto, a força coletiva oferece outras possibilidades de intervenção, sendo, assim, essencial que as decisões promovam o aparecimento e a sobrevivência de organizações de produtores.

## 2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DE DECISÕES

As decisões determinam a evolução no curto e também no médio e longo prazo. Atualmente, dever-se-

-á recorrer a dados que geram informação e conhecimento, sendo que este permite o aparecimento de dúvidas e a obtenção de mais conhecimento.

Na obtenção de produtos da agricultura deve empregar-se o planeamento, a execução e o controlo para atingir as metas e os objetivos pretendidos (Wives & Machado, 2014). Todavia, os sistemas agrícolas têm grande complexidade porque interagem com vários fatores, bióticos e abióticos, e também estão sujeitos à influência de fatores sociais e económicos. Para o processo de decisão há fases das quais depende o sucesso da decisão, como a perceção, o diagnóstico, o encontrar de soluções, a escolha da melhor solução, o estabelecimento de objetivos, a implementação, a avaliação e as respetivas consequências. Segundo Wives & Machado (2014), nos estudos de sistemas de produção dá-se maior relevância às dimensões produtivas e económicas. Todavia, é necessário analisar com mais detalhe as implicações externas e internas ao ambiente e ao espaço social

PUB

# FENDT

Gama completa para agricultores de sucesso



dos indivíduos que organizam e têm à sua responsabilidade estes sistemas produtivos.

O desenvolvimento rural tem grande especificidade com diversas interações resultantes da sua multifuncionalidade, que lhe permite possuir capacidade para desempenhar diferentes funções, as quais contribuem para o desenvolvimento do espaço rural e das respetivas regiões.

Cada vez mais se assiste a uma tendência generalizada, também verificada em Portugal, de existirem decisões globais sem a perceção da importância da agricultura e da sua multifuncionalidade para as sociedades. A importância começa na necessária produção de alimentos e continua na obtenção de outros produtos e serviços essenciais para a vida humana e, em consequência, do planeta Terra.

Perante a ausência de perceção e de conhecimento, aparecem dificuldades no diagnóstico, na obtenção de soluções, no estabelecimento de objetivos e, em consequência, ocorrem falhas no aparecimento de decisões adequadas e aceitáveis para promoverem o crescimento e desenvolvimento da agricultura. O crescimento e o reconhecimento da importância do setor agrícola têm de caracterizar qualquer sociedade desenvolvida onde deve existir uma visão de curto, médio e longo prazo.

### 2.3. ESTRATÉGIAS E PERSPETIVAS FUTURAS

A partir do conhecimento dos sistemas agrícolas dominantes em Portugal e das práticas culturais, das condicionantes dos solos e do clima, dos mercados internos e externos, da disponibilidade de equipamento e de ferramentas digitais é possível avançar com decisões e estratégias que integrem uma visão de futuro.

Ao verificar o modelo de desenvolvimento rural e o carácter multifuncional da agricultura, se existir a pretensão de reforçar, os sistemas agrícolas devem apresentar racionalidade económica com viabilidade na produção de bens de mercado, sustentabilidade ambiental na gestão de recursos e do território e revitalização social integradora de atividades e rendimentos. Uma estratégia de desenvolvimento rural terá, assim, de garantir atividade agrícola e florestal economicamente viável e competitiva,



ambientalmente com equilíbrio na manutenção dos recursos e das regiões e socialmente integradora, atrativa e estável.

Em geral, os solos no território português apresentam baixo armazenamento de água útil, baixos teores de matéria orgânica e de nutrientes e limitações ao nível da permeabilidade e consequente drenagem. Há conhecimento técnico para aplicar estratégias nos sistemas agrícolas e, de forma pro-



gressiva, se melhorar a viabilidade na produção de bens e na gestão de recursos e do território (Serralheiro & Carvalho, 2020). Considerando que a área de pastagens ocupa mais de 50% da SAU (INE, 2021) e a representatividade de sistemas silvopastoris e agrossilvopastoris, constata-se, de imediato, a abrangência desse melhoramento.

Para o clima subtropical seco ou mediterrâneo é bem conhecida a variabilidade que o caracteriza

quanto à distribuição da precipitação, ao início da sua ocorrência, às diferenças entre anos, dentro do ano e entre locais. São conhecidas e muitas referidas as estratégias e medidas que passam por:

- modernizar e reabilitar as infraestruturas dos regadios existentes, incluindo a eficiência energética;
- aumentar a eficiência dos regadios públicos e privados;



- um acréscimo da área regada a partir de regadios públicos e privados, sendo necessário incentivar os pequenos regadios, que podem ajudar e complementar as necessidades de água dos sistemas agrícolas com culturas de outono-inverno, incluindo as pastagens e forragens.

Quanto às designadas boas práticas agrícolas deveriam ser tecnicamente reanalisadas e promovidas através de medidas com facilidade de implementação e monitorização, recorrendo aos benefícios resultantes da inovação e da possibilidade de utilização das ferramentas digitais.

Destaca-se ainda o melhoramento genético de espécies vegetais e animais, quando contribuiu para o aumento da produção de alimentos destinados a uma população mundial em crescimento no século XX, sobretudo na segunda metade, que não se esgotou e apresenta hoje uma capacidade e aceleração

de resultados que lhe são fornecidos pelo conhecimento e pelas ferramentas da área da biotecnologia. Como já foi indicado, as decisões devem estar suportadas pelo conhecimento e o saber-fazer numa perspetiva de racionalidade económica com viabilidade na produção de bens indiferentes às designações que se pretendam promover e utilizar como agricultura regenerativa, agricultura de precisão, agricultura de conservação, agricultura em modo de produção biológico, produção integrada ou qualquer outra.

Igualmente, a construção de medidas e a aplicação de decisões no âmbito das políticas agrícolas devem considerar a sua génese e o que se conhecia quando há mais de sessenta anos, concretamente em 1962, foi criada na Comunidade Europeia a política agrícola comum. Já se conhecia e mantêm-se a:

- importância da produção de alimentos para garantir a segurança alimentar, o bem-estar das populações e, no limite, a sua sobrevivência, no entanto, o rendimento obtido pelos Agricultores era e é menor do que o rendimento de atividades não agrícolas;
- maior dependência da agricultura de fatores abióticos, como as condições de clima, relativamente a outros setores;
- existência de um intervalo de tempo alargado entre uma grande parte do investimento e a obtenção dos produtos das atividades agrícolas e a consequente oferta no mercado.

Durante os sessenta anos que decorreram desde o início das políticas agrícolas na Europa não se alteraram as condicionantes e as necessidades, que foram reforçadas em consequência do aumento da população mundial. De acordo com o EUROSTAT (2020), em 2019 a União Europeia apresentou um défice comercial de produtos vegetais com 44,5% de importações e 22,9% de exportações. Os produtos vegetais incluem cereais, legumes, hortícolas, frutas, café, gorduras e óleos. O valor do défice comercial em 2019 foi de 25,3 mil milhões de euros, que resultou, em grande parte, dos défices no comércio de frutas, incluindo frutos secos, café, chá, ervas aromáticas e medicinais, especiarias e oleaginosas.

# Agrigenius® Vite

O seu assistente digital





Também se conhece o défice persistente do complexo agroalimentar português, por isso, é essencial que as estratégias indicadas para o uso de recursos essenciais, como o solo, a água e o aproveitamento adequado das temperaturas, com o apoio da inovação e da aplicação de equipamentos e ferramentas digitais, sejam percebidas, consideradas e apoiadas

nas decisões e nas políticas agrícolas. Sem o apoio e continuando a ocorrer uma falta de perceção da relevância e da dimensão multifuncional da agricultura, será mais difícil aos Agricultores obterem rentabilidade e, simultaneamente, prosseguir-se um percurso de sustentabilidade ambiental e de preservação dos solos e da biodiversidade.



### 3. CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Conhecendo a importância da agricultura e a sua ação multifuncional, que é fácil de verificar e de perceber, conclui-se que:

- o uso e a análise efetuada a partir de simples indicadores económicos, ambientais e sociais não quantificam a dimensão e as funções do setor agrícola;
- os resultados e benefícios resultam de várias interações e acumulações de ganhos, alguns de fácil quantificação, em virtude de resultarem de um balanço, e outros de mais difícil quantificação e, muitas vezes, com ganhos indiretos;
- a existência de ganhos indiretos é determinante para as regiões e respetivos países, em conse-



quência do contributo para o equilíbrio ambiental e para a coesão dos territórios, com redução da probabilidade de ocorrência de catástrofes, como incêndios rurais, e promoção do crescimento e desenvolvimento regional;

- o acréscimo da viabilidade do setor agrícola e da sua multifuncionalidade resultará da aplicação do conhecimento existente sobre o uso e a evolução das características físicas, químicas e biológicas dos solos e do apoio para utilização de práticas que favoreçam o acréscimo gradual do teor de matéria orgânica;
- o aumento da viabilidade do setor agrícola e da sua multifuncionalidade dependerá das estra-

tégias e do apoio a atribuir para o acréscimo da área regada a partir de regadios, públicos e privados, e da sua eficiência;

- os princípios da política agrícola comum com mais de sessenta anos continuam atuais, porque é necessário garantir o abastecimento alimentar com adequada utilização dos recursos e a viabilidade e a atratividade do setor agrícola, que tende a apresentar rendimentos mais baixos relativamente a outros setores e ainda está sujeito a condicionantes de origem abiótica;
- o ordenamento agrícola ou de forma mais precisa o ordenamento agroflorestal tem de ser considerado, como é reconhecido em qualquer região

desenvolvida, a base do ordenamento territorial e não o contrário;

- a capacidade técnica deveria ser usada na elaboração e execução dos projetos.

Quanto à capacidade técnica, seria fundamental o apoio do Estado com uma adequada estratégia de extensão à sociedade, como foi o exemplo dos serviços de extensão rural existentes nas ex-Direções Regionais de Agricultura e Pescas até à segunda metade da primeira década do presente século. O acréscimo do apoio técnico deveria corresponder um decréscimo ou agilidade de regulamentação, alguma dela apenas aumenta as restrições e as inibições a um setor já muito condicionado por fatores abióticos.

Quanto à regulamentação, é essencial que a agilidade esteja devidamente enquadrada desde a obtenção de produtos até à formação e sobrevivência de organizações de produtores e consequente comercialização.

Como reflexão, constata-se que tem aumentado a falta de perceção de todas as valias da agricultura quer na definição das políticas agrícolas quer nas decisões. Sem essa perceção e sem o conhecimento explícito e tácito há consequências prejudiciais para o estabelecimento dos princípios de boas práticas políticas que permitam alcançar múltiplos objetivos alimentares e não alimentares (OCDE, 2019), considerando os custos-benefícios diretos e indiretos. Sem a compreensão do que é agricultura, da sua multifuncionalidade, dos diversos bens produzidos, da ação determinante e essencial para o ordenamento e coesão territorial, não existem estratégias e, por isso, a tendência é de surgirem medidas pontuais para minimizarem o impacto imediato. Na continuação da ausência do entendimento referente à importância e às valias do setor agrícola haverá tendência para a desorganização, para a não necessidade de existirem Entidades Públicas da área da agricultura e para o consequente empobrecimento do setor. Só que este setor é necessário e essencial à nobre missão de produção de alimentos e à salvaguarda da desertificação de regiões, como são todas as do interior de Portugal. 🌱

\*Departamento de Fitotecnia, Escola de Ciências e Tecnologia, MED – Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento, Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora. E-mail: jcalado@uevora.pt

### Referências bibliográficas

- Carvalho, M. & Serralheiro, R. (2021). A sustentabilidade dos sistemas de agricultura no Alentejo: os desafios económicos e ambientais. [Blogue] *Naturae digital*. Disponível em: <https://naturaemuseumbiodiv.wordpress.com/2021/07/08/a-sustentabilidade-dos-sistemas-de-agricultura-no-alentejo-os-desafios-economicos-e-ambientais> (acedido em 23/01/2024).
- Chiodi, R.E. & Moruzzi Marques, P.E. (2018). Multifuncionalidade da Agricultura e Serviços Ambientais: aproximações e distanciamentos como referenciais de políticas públicas. *Desenvolvimento Em Questão*, **16**(45):214–232. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.45.214-232.
- EUROSTAT (2020). *Agriculture, forestry and fishery statistics*. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 230 pp. (<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/12069644/KS-FK-20-001-PT-N.pdf/a7439b01-671b-80ce-85e4-4d803c44340a?t=1608139005821>).
- FAO (2023). *World Food and Agriculture – Statistical Yearbook 2023*. Rome, 367 pp. <https://doi.org/10.4060/cc8166en>.
- INE (2021). *Estatísticas agrícolas 2020*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 177 pp.
- Moura, A.R. (2021). O Complexo Agroflorestal na Economia Portuguesa - 2020. In: *CULTIVAR – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 22, GPP, pp. 90-100.
- OCDE (2001). *Multifunctionality. Towards an analytical framework*. Paris: OC, 159 pp.
- Wives, D.G. & Machado, J.A.D. (2014). Fatores influentes e a tomada de decisão nos sistemas de produção da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, **10**(4), pp. 225-247. <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/1539>.

### Sítios na internet

- Pordata: <https://www.pordata.pt/portugal/mao+de+obra+agricola+total+e+por+sexo-3434> (acedido em 23/01/2024).